

LARGO DA CARIOCA COMO UM CENÁRIO: DA REPRESENTAÇÃO DA PUBLICIDADE À PROJEÇÃO ESPACIAL DA INFORMALIDADE

Rodrigo Ramos Hospodar Felipe Valverde*

RESUMO:

Este artigo se consagra à associação entre o conceito de espaço público e a idéia de cenário, tomando o Largo da Carioca como estudo de caso. De tal associação, queremos analisar o equilíbrio entre os atores sociais e suas espacialidades, conferindo visibilidade às relações entre a esfera social e a esfera política. Para tanto, realiza-se aqui uma releitura do conceito de espaço público tal qual este foi formulado e discutido por H. Arendt e J. Habermas, e que foi aplicado na Geografia Política e na Geografia Cultural. A idéia é demonstrar as limitações do modelo clássico de espaço público, que apontam para a crise das suas instituições e dos seus valores. De acordo com esse olhar, todas aquelas representações e atores que não se posicionam explicitamente de forma política nos espaços públicos são passíveis de críticas, uma vez que reforçariam a omissão do poder estatal e a privatização. Porém, as representações no Largo da Carioca demonstram um outro quadro: os investimentos sucessivos da parte do estado no ordenamento espacial, as ações que do ponto de vista clássico seriam definidas como apolíticas por parte do comércio informal e os conflitos resultantes da convivência dessas duas lógicas comporiam um cenário diferente.

PALAVRAS-CHAVE:

Espaço público; Cenário; Informalidade; Rio de Janeiro; Largo da Carioca.

ABSTRACT:

This article examines the association between the concept of public space and the idea of the scenario, taking the Largo da Carioca as a case study. From such association, we want to analyze the balance between social actors and their spatialities, giving visibility to the relationship of the social and political sphere. In order to do so, we revisit the origins of the concept of public space in the work of H. Arendt and J. Habermas, which were applied in the context of Political Geography and Cultural Geography. The idea here is to demonstrate the limitations of public space's classical framework, which frequently points out to a crisis of its institutions and values. While following this way, all of those representations and actors that do not take an explicit political position in public space are criticized, as they would reinforce the omission from state and the privatization process. Nevertheless, the representations in Largo da Carioca show a different picture: the successive investments from state to organize space, all the actions taken by social actors that the classical framework sees as apolitical and the resulting conflicts from the coexistence of these two logics, composing a different scenario.

KEY WORDS:

Public space; Scenery; Informal; Rio de Janeiro; Largo da Carioca.

Introdução

Abordar a temática do espaço público através de uma metodologia relativa ao estudo de imagens exige uma série de justificativas e adaptações. De fato, é preciso definir como se estabelece conexão entre os estudos de imagens e da publicidade para evitar o risco de tornar a análise geral e pouco relevante. Inicialmente, é importante reconhecer que a discussão do espaço público não corresponde a todos os fenômenos que acontecem em espaços que não são privados do ponto de vista jurídico, envolvendo um debate teórico mais aprofundado. Também de modo preliminar, é essencial admitir que os estudos das imagens vão além da interpretação de seus suportes técnicos (fotografias, registros cinematográficos, murais, quadros, placas, arquivos digitais, etc), envolvendo toda uma gama de reflexões sobre representações visuais e modelos de interpretação.

Tomando como pressupostos do trabalho essas duas assertivas, se mostra possível ligar as características dos espaços públicos aos estudos das imagens, uma vez que o espaço urbano passa a ser tomado como uma representação visual legítima. Tal conexão se mostra interessante ao permitir aos cientistas sociais estabelecer paralelos entre o arranjo físico dos espaços urbanos e o modo pelo qual se desenvolvem as ações políticas dos atores sociais. Porém, no que se refere especificamente ao âmbito do conhecimento geográfico, esse debate pode não possuir uma contribuição original, pois os estudos nos quais se relaciona à ordem pública ao arranjo físico dos objetos já vêm sendo apresentados há algum tempo, com relativa difusão dentro da Geografia Política e da Geografia Cultural (BERDOULAY, GOMES e LOLIVE, 2004; CASTRO, 2004; GOMES, 2003; MITCHELL, 2004; SOJA, 1993).

Acreditamos, no entanto, que dois argumentos justificam a associação entre espaços públicos e imagens a partir de uma interpretação do conhecimento geográfico. Em primeiro lugar, o uso de elementos relativos à

interpretação de imagens para analisar o espaço público se constitui em uma alternativa frente a uma análise marxista clássica, que normalmente não se fundamenta na observação do espaço físico. Nesse contexto, as relações de poder que são colocadas em questão não estão necessariamente condicionadas e explicadas pelos mesmos pressupostos da teoria marxista: a justiça social e a luta de classes. Dessa forma, abre-se uma janela para que o ordenamento do espaço físico seja interpretado a partir de outros elementos. Em segundo lugar, a associação entre espaço público e imagens nos permite conferir maior importância à participação de atores sociais que, muitas vezes, foram negligenciados em seu papel de significação do espaço público. Com isso, ganha maior visibilidade à intencionalidade na organização do espaço desses atores, que normalmente são subestimados em sua capacidade de conferir significado aos espaços públicos.

Nesse sentido, o Largo da Carioca se mostra como um estudo de caso importante: tal localidade que se encontra no Centro da cidade do Rio de Janeiro é conhecida por concentrar diversos atores sociais diferentes, por ser um importante eixo de transportes públicos, por ter sido alvo de diferentes projetos urbanísticos, além de possuir uma arquitetura variada que remete a diversos períodos históricos diferentes. Dessa conjunção de características, o Largo da Carioca se constitui em um palco privilegiado de representações políticas e culturais da cidade. De modo ainda mais importante para este artigo, todos os fenômenos que se desenvolvem no Largo da Carioca parecem repercutir na cidade, devido a sua centralidade para a vida social do Rio de Janeiro.

Com isso, este artigo pretende analisar a publicidade do Largo da Carioca como um cenário, sujeito a alterações e transformações que podem comprometer a imagem do espaço público e, em última análise, alterar o modo pelo qual se desdobram representações espaciais na cidade. Para tanto, esse artigo se divide em

duas partes fundamentais: na primeira etapa, serão definidos o conceito de espaço público e o modo em que este pode se formalizar em um cenário, destacando a ligação pretendida entre narrativa e organização física do espaço; por sua vez, na segunda etapa, será visto em que medida o Largo da Carioca pode ser abordado como um cenário, levando em consideração tanto a ação do poder municipal, quanto as iniciativas dos comerciantes informais.

Espaço público como um cenário

Para operacionalizar a discussão sugerida, é preciso primeiramente definir as noções de espaço público e de cenário, para, em seguida, compreender os termos que regem a associação das duas idéias.

De acordo com as obras de Jürgen Habermas e Hannah Arendt, a noção de espaço público estaria ligada à idéia do surgimento de uma esfera pública que seria própria ao período moderno. Segundo os autores, o rompimento com o arranjo de poder que sustentava o *Ancient Régime* teve como consequência a ampliação do número e de tipos de grupos sociais que participavam das esferas de decisão política. Nesse lento processo que perpassou os últimos 200 anos, foram criadas novas câmaras de debate de matérias de interesse público, assim como o espaço urbano se tornou, ele mesmo, o palco de representações políticas.

Ainda de acordo com as obras de Habermas e de Arendt, a compreensão do papel do espaço público dependeria de uma diferenciação entre o que corresponderia à esfera pública, à esfera privada e à esfera social. Para os autores, a esfera pública seria referente à esfera da política, ou, mais precisamente, a esfera na qual se discutem questões importantes para a vida em conjunto, sobretudo aquelas questões que traduzem interesses universais e que não exprimiriam interesses privados. Nessa esfera, todos os indivíduos seriam dotados do direito à palavra e possuiriam, por definição, o mesmo

status e os mesmos direitos. Por sua vez, a esfera social diria respeito a tudo aquilo que é relativo à sobrevivência do corpo e do espírito, como o trabalho, a economia, a religião e as representações identitárias. Habermas e Arendt ressaltam que essas questões não seriam referentes à esfera pública uma vez que não são universais e que se prestam a interesses e valores grupais. Nessa esfera, a interação entre os indivíduos criaria hierarquias, julgamentos e tradições que estabeleceriam estatutos e direitos diferenciados. Por último, a esfera privada seria caracterizada por sua vinculação à intimidade e à troca de sentimentos. Com isso, a esfera privada seria caracterizada pela vida familiar ou de um clã, na qual apenas os membros mais importantes teriam direitos e tomariam decisões (ARENDR, 1994 e 1995; HABERMAS, 1984; VALVERDE, 2007).

Como reflexo para a definição de espaço público que se desenvolve nas obras desses referidos autores, a representação espacial da publicidade estaria fortemente ligada às extensões físicas nas quais se desenrolaria a política, ou seja, à esfera pública. Arendt e Habermas sugerem também que os espaços nos quais ocorreriam às representações da esfera social poderiam ser os mesmos espaços da representação da esfera pública, como acontece nos espaços urbanos. Nesse sentido, tanto Habermas quanto Arendt destacam que a ampliação contínua da esfera social e de suas representações espaciais no período Moderno tem como consequência uma problematização contínua daquilo que se define como espaço público, de seus objetivos e de sua finalidade política e universal. É justamente nesses termos que os autores identificam uma crise dos espaços públicos e da política que assolaria o século XX. De fato, para Arendt e Habermas, a clareza na distinção de esferas e espaços que existia na Antigüidade não seria válida para o período Moderno (ARENDR, 1994 e 1995; HABERMAS, 1984; VALVERDE, 2007).

Como colocou Arendt:

"Dans le monde moderne, le domaine social et le domaine politique sont beaucoup moins distincts. L'idée que la politique n'est qu'une fonction de la société, que l'action, le langage, la pensée sont principalement des superstructures de l'intérêt social (...). Cette fonctionnarisation empêche de percevoir aucune frontière bien nette entre les deux domaines; et ce n'est pas une question de théorie ni d'idéologie puisque depuis l'accession de la société, autrement dit du 'ménage' (oikia) ou des activités économiques, au domaine public, l'économie et tous les problèmes relevant jadis la sphère familial sont devenus préoccupations 'collectives'. En fait, dans le monde moderne les deux domaines se recouvrent constamment comme des vagues dans le flot incessant de la vie. La disparition de cet abîme, que les Anciens devaient franchir chaque jour afin de transcender l'étroit domaine familial et 'd'accéder' au domaine politique, est un phénomène essentiellement moderne" (ARENDDT, 1994: 71)¹.

Essa importante discussão da Ciência Política veio a se desenvolver mais tarde na Geografia Cultural e na Geografia Política, recuperando, em grande parte, os pontos enumerados e problematizados por Arendt e Habermas. Entre os autores que têm participado da discussão, podem ser citados Vincent Berdoulay, Edward Soja, Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes e Don Mitchell. É comum aos autores citados a realização de um esforço em problematizar a definição conceitual de espaço público e em realçar o seu caráter espacial, associando aspectos teóricos e aspectos concretos. Como apresentam Berdoulay, Gomes e Lolive:

"(...) la notion d'espace public semble écartelée entre, d'une part, une préoccupation d'aménagement très pratique et concrète de places, jardins ou rues, et, d'autre part, une recherche très théorique de fondements pour une vie politique démocratique. Notre propos sera donc ici d'identifier les enjeux intellectuels

et scientifiques que pose l'intérêt contemporain pour la notion d'espace public. Plus précisément, nous nous concentrons sur l'incontournable mais trop négligée spatialité de la vie politique à laquelle renvoie la notion d'espace public" (BERDOULAY, GOMES et LOLIVE, 2004: 9)².

Para os geógrafos, o espaço público possuiria então uma dupla dimensão: uma dimensão imaterial, na qual se organizam idéias e conceitos da política, assim como as representações sociais; e uma segunda dimensão que seria relativa à organização do espaço físico, à disposição dos objetos em um terreno. Para se constituir em um espaço público dentro desses limites, seria necessário estabelecer uma narrativa e um ordenamento do espaço que fossem compatíveis com os elementos que norteiam a esfera pública na concepção de Arendt e Habermas (VALVERDE, 2007).

Seguimos nesse trabalho o modelo de espaço público que foi apresentado por Gomes, no qual os seus atributos seriam aqueles que "*(...) têm uma relação direta com a vida pública. (...) é o lugar onde os problemas se apresentam, tomam forma, ganham uma dimensão pública e, simultaneamente, são resolvidos*" (GOMES, 2003: 160). Dentro dessa visão, o bom funcionamento do espaço público não se fundamenta meramente em um auto-arranjo entre atores sociais, mas, ao contrário, estaria condicionado ao respeito às leis, à civilidade e à formalização política dos anseios populares. Com isso, admite-se que as representações sociais devem se submeter às exigências da publicidade para ganhar legitimidade. Breve, argumenta-se que a publicidade depende de que as representações sociais sejam pelo menos compatíveis com as normas políticas, com os seus ritos e com os seus significados. Dentro desses limites conceituais, o espaço público possui um fio condutor, um sentido geral que estaria relacionado a um idealismo marcado pela cidadania e pela civilidade, que são característicos do pensamento moderno, seja em sua vertente liberal, seja em sua

abordagem marxista (GOMES, 2003; VALVERDE, 2007).

Tal limite de pensamento criou um conceito que surgiu desde o seu início sob o signo da crise. Essa crise seria percebida na medida em que o espaço público não operava nos limites previstos, pois apresentava um distanciamento de como as ações e as palavras se encontrariam desconectadas. Com isso, quase toda a produção referente à organização dos espaços públicos na Geografia e na Ciência Política, entre outras áreas de conhecimento, se caracteriza pela consideração de que este não existe como devia, de que este não se confirma no mundo real, de que seus valores estão se deteriorando e de que seu arranjo físico refuta suas justificativas. Tais justificativas e argumentos dependem da matriz intelectual do autor, que antepõem liberais e marxistas. Nesse processo, a análise do espaço público é filtrada através de um discurso fundado, de um lado, na vitimização dessa forma-conteúdo (liberais), e, por outro lado, na opressão social desta mesma (marxistas). Enquanto os liberais sugerem que o espaço público está sendo distorcido e destruído pela mesma população que se beneficia dele, comprometendo a sua sustentabilidade, os marxistas afirmam que o espaço público é um instrumento de dominação que procura limitar o acesso a política através da proteção dos grupos hegemônicos (GOMES, 2003; CASTRO, 2004; MITCHELL, 2003).

Acreditamos que, apesar das contribuições que podem ser retiradas deste embate, a repetição destas leituras tornou um pouco viciada a leitura mais freqüente que se faz sobre o conceito de espaço público. Antes mesmo de se analisar o arranjo físico dos objetos, os discursos e ações dos atores sociais, e o modo específico no qual os significados do espaço se relacionam com a publicidade, já é feito um julgamento anterior do espaço público, de suas possibilidades e de sua finalidade. Com isso, a tarefa do geógrafo e do cientista social em geral se encontra reduzida e marcada por um conteúdo pouco original. Para recuperar a pertinência do espaço público e sua

especificidade dentro do conhecimento geográfico, nos apoiamos aqui na idéia de cenário.

Para Gomes, a idéia de cenário se refere tanto a um recorte físico do espaço, quanto à significação de sua trama. O autor se apóia, em primeiro lugar, na origem etimológica da palavra retirada da Grécia Antiga, que considerava a cena como o pano de fundo que qualificaria as peças teatrais. De modo adicional, Gomes aponta para o uso que se faz da palavra na **língua francesa, no qual a palavra *scenario*** corresponde ao roteiro, a um conjunto de acontecimentos que se encadeia, formando uma mesma narrativa de um evento cultural. Ao propor reunir arranjos físicos e significados nessa nova idéia de cenário, o autor provê uma metodologia que procura aumentar o espectro de representações passíveis de coexistir no espaço público, salientando a sua possibilidade de correlação, ainda que esta esteja fora da finalidade do espaço público, como este último foi sugerido no passado (GOMES, 2004 e 2006).

Ainda de acordo com Gomes, a idéia de cenário pode ser definida como uma tentativa de:

“re-conectar a dimensão física às ações, ou em outras palavras, queremos associar os arranjos espaciais aos comportamentos e a partir daí poder interpretar suas possíveis significações. Segundo a proposta aqui apresentada, essa forma de análise conserva a centralidade da dimensão geográfica, locacional e permite demonstrar sua importância na interpretação de imagens e, por isso, é uma forma recomendada para trabalharmos as imagens segundo um ponto de vista propriamente geográfico” (GOMES, 2006: 9).

Antes de aplicar essa construção intelectual ao caso do Largo da Carioca, é preciso refletir sobre algumas de suas limitações. Do modo como a idéia de cenário foi trabalhada no cinema e no teatro, o encadeamento de cenas obedece normalmente um ordenamento pré-definido pelo roteirista, pelo diretor e pelo produtor. Porém, quando o

estudo em questão não está ligado a um filme ou a uma peça teatral, mas sim a um espaço público e suas dinâmicas, admite-se que a força de coerção social e de significação não é tão limitadora. De fato, ainda que o poder público exerça efetivamente seu poder de controle sobre as representações sociais, diversas territorialidades podem se expressar sem que seja viável realizar uma seleção preventiva. Com isso, o espaço público só pode ser interpretado como um cenário na medida em que se compreende que o seu fio condutor está sujeito a interferências, desvios e adaptações realizadas por vários atores.

Também é necessário considerar que a abordagem de um espaço público como cenário exige que o exemplo em questão possua uma regularidade mínima de suas representações sociais, e que estas possuam algum tipo de relação com a distribuição dos objetos que se encontram a sua volta. Caso não haja nenhum tipo de regularidade, de repetição de ações e palavras em um mesmo terreno, toda conexão entre atores sociais e o arranjo do espaço se faria casual ou errática, não permitindo a retirada de significados relevantes para a vida social de uma cidade.

Por último, ressaltamos que tais cenários se mostram mais interessantes como objetos de estudo uma vez em que os significados retirados de suas dinâmicas sejam importantes não apenas para o modo como este espaço específico se organiza, mas também para o modo como outros espaços públicos se organizam. Se for possível comprovar que a formação de um cenário em um determinado terreno tem conseqüências para o modo como outros espaços públicos reúnem ações e palavras, admite-se, por conseguinte, que tal cenário possui uma relevância pública.

Atores e objetos que compõem o cenário do Largo da Carioca

O Largo da Carioca se encontra no Centro da cidade do Rio de Janeiro e possui

características especiais que justificam a sua escolha como objeto empírico desse trabalho. Em primeiro lugar, sua história é quase tão antiga quanto a da cidade, remetendo aos primeiros anos do século XVII e tendo refletido de maneira específica os momentos do Brasil Colonial, do Império e da República. Em segundo lugar, a sua localização se encontra simultaneamente junto aos centros cultural, histórico e econômico da cidade, concentrando diferentes atores, simbologias e espacialidades. Em terceiro lugar, o grande fluxo de transeuntes sugere uma ampla repercussão dos fatos que ali se desenvolvem.

Para facilitar a análise, é preciso descrever alguns pontos de referência para a observação do Largo da Carioca: a Estação Carioca do Metrô, o Relógio da Carioca, o Edifício Avenida Central, o Convento de Santo Antônio, o Jardim da Carioca, a Rua da Carioca, a Rua Uruguaiana, a Avenida Nilo Peçanha, a Avenida Rio Branco, a Avenida Almirante Barroso e Avenida Chile. Esses objetos orientam todas as ações que têm lugar no Largo da Carioca, servindo de base para esse estudo, ao localizar e qualificar os fenômenos.

Os primeiros pontos de referência são retirados das ruas especificadas. Essas ruas delimitam um polígono que compõe a área do Largo da Carioca, levando em consideração a área oficial – facilmente identificável pelo desenho único no calçamento - e a sua zona de influência. Essa zona de influência é determinada pela presença contínua dos fenômenos que conferem especificidade ao Largo. Ela pode ser comprovada através dos relatos dos freqüentadores do Centro do Rio de Janeiro, que identificam semelhanças na organização do espaço em toda a área.

O segundo ponto de referência que merece descrição é a Estação Carioca do Metrô-Rio. Dados divulgados pela empresa revelam que a Estação Carioca é uma das que recebe maior número de usuários, com média de 82 mil usuários por dia. O acesso a essa estação exige necessariamente que o usuário

entre na zona de influência da dinâmica urbana do Largo da Carioca, justificando a sua importância.

O terceiro ponto de referência é o Relógio da Carioca. Esse monumento de estilo neoclássico foi inaugurado em 1909, marcando o fim das intervenções urbanísticas da Reforma Passos no Largo da Carioca. Desde então, esse símbolo do projeto de modernização do espaço urbano carioca é usado como ponto de encontro por parte de frequentadores do Centro da Cidade e como objeto de interesse turístico.

O quarto ponto de referência citado é o Edifício Avenida Central. Tal Edifício foi inaugurado em 1961, tendo sido construído sobre os escombros do antigo Hotel Avenida e da Galeria Cruzeiro, demolidos em 1958. De acordo com reportagem do Jornal do Brasil (2004) e de Conde (2004), 120 mil pessoas passam diariamente por esse edifício comercial, procurando os seus diversos restaurantes, escritórios e lojas.

O último ponto de referência no Largo da Carioca é referente ao conjunto arquitetônico formado pelo Convento de Santo Antônio e pela Igreja da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. Esse conjunto conta com arquitetura barroca portuguesa do século XVII e é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional. Os cultos religiosos acontecem diariamente e ainda atraem a atenção de turistas. Para aceder a esse ponto, é preciso atravessar o Largo da Carioca e o Jardim que o cerca.

Para analisar as espacialidades presentes no Largo da Carioca a partir desses pontos de referência, esse item do trabalho ressalta as interações entre sociedade e Estado que se constroem a partir da produção do espaço e da sua qualificação. Tal análise se divide em três partes: estudo e interpretação das políticas públicas vigentes que propõem o ordenamento do Largo da Carioca; a identificação dos atores sociais que compõem a publicidade no Largo da Carioca e suas espacialidades; e a reflexão sobre a interação

competitiva dessas múltiplas espacialidades. O objetivo geral é oferecer uma base para que a publicidade do Largo da Carioca.

Destacamos aqui a presença de dois atores distintos no Largo da Carioca: o poder municipal e seus órgãos e o comércio informal. Tais atores são destacados nesse artigo devido a sua capacidade de influenciar o ordenamento espacial no Largo da Carioca, além do fato de justificar suas ações a partir de elementos de discurso que estão ligados ao arranjo físico da localidade. Cabe ressaltar que outros atores sociais podem ser identificados no Largo da Carioca, como os moradores de rua, o comércio formal, os artistas populares ou os grupos religiosos, possuindo inclusive comportamentos que se mostram importantes para a configuração espacial do Largo da Carioca. Porém, preferimos concentrar nossa análise nos dois tipos de atores citados devido às limitações de espaço e, sobretudo, em razão do papel preponderante desses atores na significação do cenário do Largo da Carioca (VALVERDE, 2007).

a) A cenarização do poder municipal: a política de Controle Urbano

Em resposta a concentração de problemas de ordenamento urbano e de pequenos furtos no Largo da Carioca, Marcello Alencar, então prefeito do Rio de Janeiro (1989-1992), declarou que essa localidade se tratava do "Vietnã Carioca" (Apud MAGALHÃES, 2002). Essa classificação pejorativa causou polêmica e pode ser compreendida como um prenúncio da política de Controle Urbano que foi desenvolvida no Largo da Carioca a partir da década de 1990.

Quando nos referimos ao controle urbano, estamos usando expressão que foi repetida a exaustão pelo Prefeito César Maia (1993-1996; 2001-2004 e 2005-2007), pelo ex-prefeito Luiz Paulo Conde (1997-2000) e outros políticos e intelectuais (IPLANRIO, 1996; MAGALHÃES, 2001 e 2002). Esses representantes do poder público foram responsáveis pelo desenvolvimento de

mecanismos para o controle do uso dos espaços, para a definição de normas construtivas mais rigorosas e pelo exercício de um maior poder de coerção social.

Nesse trabalho, a ação do poder municipal no Largo da Carioca na composição de um cenário é compreendida através de sua política pública mais recente de ordenamento espacial: o Controle Urbano, desenvolvida a partir da segunda metade dos anos 90. Em entrevista concedida a Revista Época em 2000, César Maia declarou que:

“O que diferenciou minha administração das outras foi a ousadia de enfrentar a desordem urbana. Infelizmente, o Rio vive, agora, uma situação semelhante da que havia até 1992. Perdeu-se o controle do solo urbano. Voltam a acontecer invasões por toda a cidade e o comércio ambulante teve uma redinamização. (...) Falo da desordem que propicia a venda de mercadorias roubadas e até a venda de drogas, o que provoca o aumento da ocorrência de pequenos delitos, como roubos e furtos” (Apud SALGUEIRO, 2000).

Tal política se desenrolou de forma contínua no tempo, com apoio de um grande número de leis e posturas municipais, usando recursos públicos e contando por vezes com diálogos com segmentos da população no processo decisório. A idéia fundamental desse esforço de produção espacial era reverter a ocupação desordenada do Largo da Carioca, controlar os usos dos pontos de referência citados e estabelecer um novo marco simbólico para a sua regulação: o de um cenário da ordem pública e da civilidade.

Destacamos o papel de dois órgãos públicos nessa política: a Guarda Municipal do Rio de Janeiro e a Coordenadoria de Fiscalização e Licenciamento do Rio de Janeiro. Ambos não se limitam a trabalhos abstratos de formulação das normas jurídicas, exercendo ações efetivas de controle e regulação dos usos dos espaços públicos e funcionando como os órgãos municipais responsáveis pela coerção social no Rio de

Janeiro. Para tanto, pretendia-se estabelecer o Largo da Carioca como exemplo de intervenção do poder municipal, conferindo visibilidade e impacto à ação pública.

A Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização da cidade do Rio de Janeiro (CLF) foi criada em 1993, estando atrelada hierarquicamente a Secretaria Municipal de Governo. Isso significa que o exercício de seu poder está diretamente vinculado ao cumprimento de decisões do poder executivo municipal e de suas responsabilidades. Entre as suas atribuições, encontram-se: a fiscalização e realização de perícias técnicas por parte de técnicos da prefeitura; as permissões concedidas para a realização de eventos públicos como passeatas, shows e comícios; e o controle das normas que regem o comércio informal e o uso do solo. Em outras palavras, a CLF tem a responsabilidade de cumprir rotinas de controle público para o uso dos espaços urbanos. Tais rotinas pretendiam reverter um quadro geral de baixo grau de regulação pública da dinâmica urbana no Rio de Janeiro.

O Largo da Carioca foi sempre uma arena privilegiada na qual se pretendia realizar um “choque de ordem” e a “reafirmação do Estado” através de portarias CLF. Se o Largo tinha um papel estratégico durante o Corredor Cultural e um papel secundário entre as áreas de intervenção do Projeto Rio-Cidade, dois planos voltados para o ordenamento urbano do Centro da cidade, a política de Controle Urbano tornava essa localidade o grande foco da ação do poder municipal. Como vimos, o estímulo à vivência urbana e cotidiana somada a secundariedade do Largo da Carioca entre as principais políticas públicas da prefeitura do Rio de Janeiro criaram as condições para os usos desregulados de sua área. Com a política do Controle Urbano, pretendia-se estabelecer o Largo da Carioca como exemplo de intervenção do poder municipal, conferindo visibilidade e impacto à ação pública.

Segundo o limite estabelecido pela Lei Municipal n° 1.876/92, o número máximo de

comerciantes informais que poderiam exercer regularmente as suas atividades no Centro da cidade do Rio de Janeiro e 1000, respectivamente (LEI MUNICIPAL n° 1.876, 1992). Desde o início da política de Controle Urbano o Largo da Carioca foi palco da fiscalização e da imposição de limites por parte da CLF. Além de decretos que limitavam o número de comerciantes informais, também se encontravam portarias e leis que procuravam normatizar as condições sanitárias mínimas exigidas de tais comerciantes, a área ocupada e as formas de uso. Dessa forma, esperava-se desobstruir o acesso às entradas do metrô, evitar aglomerações em torno do Relógio da Carioca e permitir a visualização do seu Jardim, conferindo visibilidade a antigas realizações e projetos urbanísticos que ali tiveram lugar³. Dito de outra forma, o poder fiscalizador do CLF procurava garantir que os símbolos do poder municipal e da ordem pública pudessem ser facilmente acessíveis e compreendidos (VALVERDE, 2007).

Se levarmos em consideração que o número de decretos e leis que exigem a retirada do comércio informal de área irregular é bem maior do que de novas áreas regularizadas, somos levados a reconhecer as dificuldades no Controle Urbano. O fragmento a seguir é um bom exemplo dessa dificuldade:

"A Coordenação de Licenciamento e Fiscalização deverá estabelecer procedimentos e definir os efetivos que garantam a manutenção da desocupação do logradouro abrangido de forma articulada com a Guarda Municipal, a Coordenação do Sistema de Defesa Civil e a Coordenação da Área de Planejamento - 01 (AP-1) bem como solicitar à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro o apoio necessário. (...). As diligências a que se refere o artigo anterior terão caráter prioritário, devendo os órgãos envolvidos requisitar todo o apoio que se fizer necessário, assim como concentrar os efetivos e adequar as jornadas de trabalho à demanda exigida" (DECRETO DE LEI n° 13.843, 1995).

De acordo com reportagem do jornal O Globo, as posturas CLF tiveram repercussões fortes na dinâmica do Largo da Carioca, uma vez que:

"Por decretos de [prefeito Luiz Paulo] Conde e do ex-prefeito César Maia, está proibido o comércio ambulante no perímetro limitado pelas seguintes vias: Avenida Passos, Rua da Carioca, Largo da Carioca, Rua Almirante Barroso e Avenida Primeiro de Março. Também foram incluídas a Cinelândia, a Avenida Treze de Maio, a Avenida Graça Aranha e a Rua Senador Dantas" (O GLOBO, 1997).

A resistência do comércio informal no Largo da Carioca em se adequar aos limites da lei passou a exigir a ação combinada da CLF e da Guarda Municipal, atrelando o exercício da fiscalização e do controle à ação punitiva e coercitiva. Progressivamente, o debate sobre o uso desregulado de espaços públicos pela parte de atores sociais passa a ser ligado a questões de segurança pública, conferindo novos sentidos às leis. Isso nos leva a segunda instância da política do Controle Urbano, a Guarda Municipal do Rio de Janeiro.

Essa instituição foi criada pela Lei Municipal n° 1.887, de 27 de setembro de 1992 e foi efetivamente implantada pelo Decreto Municipal n° 12.000, de 30 de março de 1993. De acordo com esses documentos, suas atribuições eram as seguintes: orientar a população quanto ao direito de utilização dos bens e serviços públicos; coibir o comércio ambulante irregular, as invasões de logradouros públicos e a ocupação de edificações sob responsabilidade da administração municipal, entre outras. De acordo com o texto do Decreto n° 17.931, de 24/09/1999 e a Portaria Conjunta da Guarda Municipal do Rio de Janeiro e Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização N.º 001, de 10/12/1999, o poder da GM-Rio pode ser resumido pela procura da:

"desobstrução dos bens públicos municipais, de forma a impedir a má utilização dos mesmos. Para proceder ao desimpedimento a que se refere o artigo 1º, a Guarda Municipal poderá recolher mercadorias que estejam ocupando

indevidamente os bens públicos municipais. (...) As mercadorias recolhidas deverão ser encaminhadas imediatamente ao órgão competente da Prefeitura para efetuar os autos de apreensão e infração" (DECRETO 17.931, 1999).

Essa referência explícita a "desobstrução dos espaços públicos" atribui à Guarda Municipal a responsabilidade de reprimir uma tendência geral ao comércio informal na cidade do Rio de Janeiro. Com isso, a ação da Guarda Municipal ia de encontro com o que se considerava o ponto-chave dos projetos urbanísticos da década de 90, tornando o Controle Urbano dos espaços públicos a própria razão de ser da instituição, sobretudo no que se refere à repressão da informalidade. Como informa o *site* da instituição:

"Desde outubro de 2002, os guardas (...) foram remanejados para as operações diárias de controle urbano no Centro da cidade, reforçando a fiscalização do comércio ambulante em apoio a fiscais da Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização (...). O efetivo do GAE [Grupamento de Ações Especiais] é o único que, além de ocupar o espaço urbano, atua como força de controle de distúrbio. Para as ações de controle urbano desenvolvidas no Centro, o GAE mantém 26 guardas divididos em grupos (...) visando ordenar o espaço público, coibindo a ocupação irregular do solo e assim combatendo o crescimento desordenado do comércio ilegal" (GUARDA MUNICIPAL, 2007).

Ainda segundo o *site* da Guarda Municipal, muitas mercadorias contrabandeadas foram apreendidas no "entorno do Edifício Avenida Central". Este edifício se constitui hoje em um centro comercial especializado em artigos eletrônicos que atrai um grande contingente populacional, justificando o posicionamento de comerciantes informais entorno do prédio. Através desse controle, o uso do espaço e o impacto da informalidade no Largo da Carioca passaram a ser tomados como aspectos importantes para o poder municipal. Isso tornava o Largo da Carioca o ponto-chave para a política de Controle Urbano:

"Este grupamento apreendeu mais de 80 mil CDs piratas, com dezenas de pessoas detidas por envolvimento com a venda e falsificação de produtos. A maioria das apreensões foi no entorno do Edifício Avenida Central (Avenida Rio Branco, 156), um dos pontos mais disputados para a comercialização de CDs pirateados. (...) Nas ações, muitos produtos pirateados e falsificados são apreendidos com ambulantes, além de mercadorias diversas vendidas em pontos não autorizados pela Prefeitura" (GUARDA MUNICIPAL, 2007).

Nesse quadro de repressão e de controle social, os conflitos entre a Guarda Municipal e os comerciantes informais se multiplicaram rapidamente (FIGURA 1). Os embates em torno do direito de uso e de controle dos espaços públicos encontravam no Largo da Carioca todos os elementos de sua trama. A Guarda Municipal passou então a estabelecer uma rotina de controle e de repressão que tomava o Largo da Carioca como ponto focal: a localização de suas forças em torno do Edifício Avenida Central revela a preocupação de evitar o uso do poder de atração do referido prédio comercial como vantagem para o comércio informal. Dessa forma, o poder de coerção social tentava realçar a separação entre o comércio formal e informal, entre o caráter legal e fixo do primeiro, e o caráter informal e móvel do segundo, destacando que, para a composição do cenário da ordem pública renovada que procurava estabelecer, o comércio informal se constituía em algo transitório e secundário.

A figura 1 oferece um resumo das informações que foram reunidas nesse trabalho sobre o papel da Guarda Municipal na política de Controle Urbano. Nota-se um progressivo aumento no número de guardas municipais alocados no Centro da Cidade, assim como uma alta média de confrontos entre estes e os comerciantes informais. Até 2003, os tumultos chegavam a uma média de um por semana. A apreensão de material (sobretudo de *compact disks*), o número de depósitos descobertos e interditados e o Registro de reclamações na Guarda Municipal seguiram igualmente a mesma tendência de aumento contínuo.

Figura 1 – Ocorrências envolvendo Guarda Municipal e comerciantes informais (1997-2005)

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Nº de Guardas no Centro	*	*	*	*	40-60 (1)	80-110 (1)	110-130 (1)	*	*
Tumultos com ambulantes	72 (1 e 3)	59 (1 e 3)	*	*	*	60 (1)	56 (1)	32 (1)	24 (1)
Apreensão de material (em número de mercadorias)	1.604 (1 e 3)	3.071 (1 e 3)	*	*	*	*	19.615 (1)	38.314 (1)	35.498 (1)
Depósitos estourados	*	*	*	*	*	18 (1)	12 (1)	2 (1)	5 (1)
Solicitações à Ouvidoria	*	*	*	*	1.116 (1)	1.674 (1)	3.662 (1)	4.204 (1)	4.562 (1)

* Não há dados/dados não fornecidos

Fontes: (1) Guarda Municipal – Ouvidoria/Assessoria de Imprensa/Diretoria de Operações; (2) O GLOBO; (3) MUNIZ & MUSUMECI, 1999; VALVERDE, 2007.

Esses números em progressão acompanham o desenvolvimento dos mecanismos de regulação e controle urbano, manifestando reações do comércio ambulante, da Câmara Municipal e da própria Guarda. Os conflitos diminuíram apenas quando a fiscalização se tornou menos freqüente e após a definição de novas áreas regularizadas para os comerciantes informais a partir de 2004. Em parte, essa decisão significava um certo retrocesso do poder municipal em relação as suas aspirações em assumir um ordenamento mais efetivo do Centro e do Largo da Carioca. A falta de recursos, a presença de múltiplos atores em competição e as diferentes lógicas espaciais que lhe eram peculiares conferiam limitações aos benefícios obtidos com as políticas públicas.

Desse modo, a cenarização do Largo da Carioca como símbolo de um novo ordenamento para os espaços públicos cariocas se mostrava problematizada por atores sociais que alteravam o arranjo dos objetos e resistiam às iniciativas de normatização. Entre 2002 e 2005, diversos conflitos foram registrados, colocando em debate a legitimidade do comércio informal e o ordenamento do espaço público no Largo da Carioca, alcançando nos anos de 2002 e 2003 a média de um conflito violento por semana. Nesse processo que foi amplamente noticiado em jornais, revistas e na televisão, o comércio informal e os artistas populares ganharam notoriedade como agentes do ordenamento espacial, conferindo outros significados ao cenário do Largo da Carioca. Veremos nos próximos itens como tais agentes atuam e que significados podem ser retirados de suas ações.

b) Os comerciantes informais

Paralelamente as iniciativas do poder municipal em produzir um cenário da ordem pública, encontram-se atores que se comportam de modo antagônico a esse arranjo, estabelecendo espacialidades que alteram o significado do cenário do Largo da Carioca. Entre outros atores, destacamos aqui o papel dos comerciantes informais no ordenamento do

espaço do Largo da Carioca e, em particular, na (re)significação dos seus pontos de referência.

O comércio informal é composto por um conjunto heterogêneo de vendedores. De acordo com pesquisa da Secretaria Municipal de Urbanismo de 2002, não existem muitas similaridades no que se refere às origens, à escolaridade, à experiência profissional e às faixas de idade. Por exemplo, nota-se uma maior concentração na faixa entre 21 e 40 anos. Porém, o perfil desejado de comerciante informal procurado pela Prefeitura é outro, valorizando sobretudo os mais jovens e os idosos (LEI nº1876/92). Esses fatos tornam difícil estabelecer um perfil médio que seja condizente com a realidade. Tais trabalhadores possuem em comum a dificuldade em se manter no mercado formal de trabalho e a escolha em usar o espaço público como solução para esse problema. Através da montagem de um posto de venda informal nas ruas e praças, esses vendedores esperam garantir o seu sustento (SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO DO RIO DE JANEIRO, 2002).

Para fins de classificação e de análise, separamos o comércio informal sob três formas de ocupação do espaço: as barracas, as "carrocinhas" e os "esticas". O primeiro tipo especificado se refere à montagem diária (ou periódica) de barracas portáteis, estabelecendo um ponto de venda fixo que vem atraindo a atenção do poder público, uma vez que, segundo pesquisa do FIRJAN de Maio de 2004, 59% consome esse tipo de produto. A definição dos produtos e a regularidade dos pontos de venda são variáveis de acordo com o caso. O segundo tipo de ocupação se realiza através das "carrocinhas", que são pequenos, que comercializam sobretudo alimentos e guloseimas (sanduíches, pipoca, balas). Por último, os "esticas" são essencialmente vendedores de produtos ilegais, contrabandeados ou não-tributados (softwares, CDs, produtos eletrônicos, roupas com grife falsificada, cigarros, óculos de sol e relógios) que apresentam o seu posto de venda montado sob lonas de plástico, ou dentro de mochilas ou ainda em sacos que permitam a rápida fuga em caso de repressão policial.

No caso do Largo da Carioca, encontramos 111 barracas montadas, contando tanto aquelas que foram pouco a pouco regularizadas pelo poder público e as outras que permaneciam em situação irregular. Em torno dessas barracas, também foram registradas 5 carrocinhas e 8 "esticas", totalizando 124 comerciantes informais em atividade. Esses dados foram obtidos através da observação empírica, pois a Coordenação de Licenciamento e Fiscalização e demais órgãos da prefeitura não compartilharam informações oficiais a esse respeito. Esse número sofreu variações nos últimos anos, mas esse quadro geral oferecido é o que mais se aproxima da organização espacial observada durante o ano de 2006 (VALVERDE, 2007).

A maior parte desses comerciantes está disposta em duas séries, uma delas se encontra na Praça Estado da Guanabara⁴ (doravante chamada de Série A, 55 barracas) e a outra está localizada no Largo da Carioca (Série B, 56 barracas). Essas duas séries foram regularizadas como áreas de comércio informal em períodos diferentes, sendo que a primeira se consolidou após o Projeto Rio-Cidade da Avenida Rio Branco e a segunda se tornou mais regular após os conflitos que marcaram o período entre 2001 e 2003. No lugar da Série B, o poder municipal tentou estimular feiras populares, venda de produtos artesanais, obtendo sucesso apenas relativo (MELO & SABOIA, 1998).

Figura 2 – Tipo de produtos vendidos no comércio informal do Largo da Carioca (2005-2007)

	SÉRIE A	SÉRIE B	CARROCINHAS	ESTICAS	TOTAL
ARTESANATO	3	26	-	-	29
BUGIGANGAS E ELETRÔNICOS	34	10	-	8	52
ALIMENTOS	12	10	5	-	27
REMÉDIOS	3	-	-	-	3
ROUPAS	3	10	-	-	13
TOTAL	55	56	5	8	124

Na figura 2, é também possível analisar as barracas através dos produtos vendidos. Essa separação é útil para observar se os produtos vendidos estão de acordo com as especificações apresentadas na Lei Municipal nº1.876/92 e outras subseqüentes. De acordo com o conteúdo dessa Lei, os produtos que devem receber prioridade nas vendas nem sempre são aqueles privilegiados pelos comerciantes informais. Por exemplo, a venda de artigos eletrônicos, relógios, óculos, remédios e roupas se dá muitas vezes a revelia da lei, uma vez que podem ter origem ilícita ou não foram devidamente taxados. Também existem problemas quanto às roupas, que por vezes copiam os modelos de marcas já existentes (FIGURA 2).

Grupamentos Especializados em Controle Urbano), de regras e de equipamentos para o controle dos comerciantes informais, tentando separar aqueles que foram regularizados dos não-regularizados. Porém, esse controle público encontrou resistências em se fazer cumprir. Por exemplo, a lei municipal nº 2.053 de 02/12/1993 e a Portaria da CLF de 14/03/2004 exigem o uso de crachás para fins de controle do comércio informal e determinam as condições para que estes sejam obtidos. De maneira análoga, certas leis estabelecem critérios de higiene para o uso dos espaços públicos, assim como a Portaria da CLF de 14/03/2004 dispõe sobre a necessidade da posse de documentos comprobatórios e notas fiscais que garantiriam a origem dos produtos e o direito à montagem da barraca. Foi criada igualmente a cobrança da Taxa de Uso da Área Pública pelas Leis Municipal nº1.876/92 e pelo Código Tributário do Município, ainda que a sua cobrança não tenha sido realizada continuamente ao longo dos últimos 10 anos. Esperava-se reverter a tendência à informalidade através dessas ações de cunho jurídico e fiscal (MELO & SABOIA, 1998).

A regularização dessas duas áreas foi acompanhada pela progressiva implementação de instituições (Guarda Municipal e Coordenadoria de Licenciamento e Fiscalização),

de funções públicas (Fiscal de Controle da CLF). No entanto, a resistência dos comerciantes informais em se adequar às normas públicas e aos seus símbolos de pertencimento altera os significados do cenário do Largo da Carioca. De fato, os conflitos entre forças policiais e comerciantes informais vêm pressionando o reordenamento do espaço. Por exemplo, um dos principais focos de interesse dos comerciantes informais está em garantir e melhorar as suas condições de trabalho nos grandes eixos de circulação, sobretudo no acesso ao Metrô da Carioca, enquanto o interesse declarado do poder público é desobstruir as calçadas. Como observaram Costa e Magalhães (2003), o número de comerciantes informais regularizados aumentou paralelamente a multiplicação dos conflitos. Segundo esses autores:

“Dos 3 mil ambulantes autorizados a trabalhar no Centro, cerca de 2.100 receberam licenças nos últimos dois anos. Mas mesmo os autorizados também cometem irregularidades. Nos últimos dois anos, 12 perderam as licenças porque venderam as barracas para terceiros por preços que variam de R\$ 2 mil a R\$ 5 mil. Os ambulantes licenciados estão distribuídos por 21 pontos, incluindo o Largo de São Francisco, Rua Uruguaiana (Camelódromo), Rua da Quitanda (dois trechos), Central do Brasil e o Largo da Carioca [Praça Estado da Guanabara]” (COSTA & MAGALHÃES, 2003: 19).

Isso significa que esse processo de intervenção pública não se constituiu em um impedimento para novas ocupações. No Largo da Carioca, por exemplo, ao longo dos anos 2004, 2005 e 2006, novos comerciantes se acumulavam na proximidade da Avenida Chile, conferindo uma continuação informal da área definida pela “Série B”. Estes novos comerciantes se aproveitavam da ambiência positiva formada pela regularização e esperavam ser incluídos no sistema. No entanto, ao longo do ano de 2007, esses trabalhadores foram retirados dessa área pela ação conjunta da Guarda Municipal e da CLF.

A este respeito, é preciso considerar que a ambiência gerada pelo confronto com o poder público e a polêmica sobre a legitimidade do comércio informal causa alternância entre a participação político-sindical e a ação independente da participação no sistema institucional. Além disso, diversas associações e entidades procuram dar voz a esses apelos, como é o caso da Federação dos Ambulantes do Rio de Janeiro, da CUT-RJ e do MUCA. Tal fato torna ainda mais difícil a proposição de uma estratégia comum para os comerciantes informais. Com isso, muitas vezes, a estratégia adotada se resume ao bloqueio da formalização e da fiscalização, ao invés de se traduzir em um avanço para o ordenamento espacial e a formação de consensos.

Comentando sobre a desilusão com o funcionamento da esfera pública e da imprensa, Idson Alves, coordenador do MUCA, revela descrença em relação a sua eficácia e imparcialidade: *"A gente faz audiências públicas, participa de debates e não sai uma linha [na imprensa]. Agora no dia do confronto a imprensa toda está lá para ver a cidade pegar fogo, para passar essa imagem de bandidos"* (Apud BARBOSA, 2004). Essa posição de descrença e resistência se mostra ainda mais importante na medida em que a Lei nº 1.876/92 prevê que se não houver consenso na Comissão que debate o comércio informal, prevalece a posição da Prefeitura. Com isso, um espaço público como o Largo da Carioca é uma arena na qual os comerciantes informais lutam para garantir as condições de sua sobrevivência, mesmo quando essa posição os coloca em oposição ao bom funcionamento das leis e da ordem.

Ao contrário da abertura da área do Largo da Carioca para a passagem dos transeuntes, da construção de equipamentos urbanos e da realização de manifestações cívicas planejadas, a mobilidade das barracas dos comerciantes informais, o uso irregular da rede de energia elétrica e a definição de novos arranjos físicos do espaço induzem a transformação no significado do seu cenário. De fato, o Largo da Carioca é vivenciado como um

terreno no qual a interação entre os atores sociais gera diretamente as regras para o ordenamento do espaço desta localidade. Dito de outra forma, o Largo da Carioca se torna o cenário de uma ordem espacial móvel que se sobrepõe à ordem pública, usando diferentemente seus objetos, alterando seus objetivos e atores. Com isso, sua simbologia se encontraria ligada à transformação da ordem moderna, através da retração das leis, da relativização dos fóruns formais da política, dos acordos informais entre os atores que ali se encontram, e da emergência de um espaço que é composto por narrativas e ações mutuamente excluídas. Breve, a observação do cenário multifacetado do Largo da Carioca passaria adiante um olhar crítico sobre os limites dos discursos e planejamentos modernos, que se traduziria através de uma expansão não-regulada da vida social sobre os limites da esfera política, ainda que tal expansão fosse desenvolvida pelo intermédio de um sistema temporário e que esta minasse pouco a pouco as condições de sustentação da ordem pública.

Considerações Finais

A título de encerramento, definimos aqui cinco pontos de reflexão que dizem respeito simultaneamente à dinâmica sócio-espacial do Largo da Carioca, à maneira pela qual a Geografia reúne a discussão da publicidade e de suas imagens, e ainda aos conceitos e metodologias que são desenvolvidos na Geografia Cultural.

Em primeiro lugar, a análise da dinâmica social existente no cenário do Largo da Carioca nos permite afirmar que esta não se define dentro dos limites conceituais de um espaço público formal. Nos referimos tanto a sua abordagem teórica que foi inicialmente desenvolvida no âmbito da Ciência Política através das obras de Hannah Arendt e Jürgen Habermas, quanto à maneira pela qual esta discussão foi incorporada aos debates da Geografia. De fato, de acordo com os limites interpretativos que foram associados ao debate

do conceito de espaço público, não há relação de complementaridade entre a esfera pública e a esfera social, impedindo que as dinâmicas que se desenvolvem no Largo da Carioca sejam analisadas através desse conceito, excetuando o discurso da crise, já criticado anteriormente.

As diferentes apropriações territoriais e acordos informais que foram apresentados nessa descrição da dinâmica do Largo da Carioca corroboram essa interpretação, ao demonstrar que os diferentes atores sociais que se encontram nesse cenário não buscam a política formal e institucional como finalidade de suas ações. Com isso, a motivação que anima essas representações se baseia em valores e idéias que seriam associadas às esferas privadas e sociais, ou seja, à sobrevivência dos atores em questão, comprometendo a procura de um bem comum, de um consenso, ou, ao menos, de uma decisão formal que pudesse servir a todos.

Em segundo lugar, pode ser notado que o cenário do Largo da Carioca não é composto exclusivamente por grupos identitários ou tradicionalistas, problematizando o modo pelo qual a Geografia Cultural abordou mais comumente os grupos que se encontram nos espaços públicos. Como vimos anteriormente, os atores sociais no Largo da Carioca possuem outras características, como é o caso dos comerciantes informais. Na medida em que tais grupos possuem dinâmicas de organização e de significação do espaço que não estão relacionadas a uma tentativa de se conservar antigas práticas culturais, tradições, manifestações religiosas ou valores étnicos, não é mais o mesmo o modo pelo qual tais grupos vivenciam o espaço, o transformam e são influenciados pelas suas características. Nesse sentido, o cenário do Largo da Carioca apresenta um desafio a Geografia, que deve repensar como atores sociais podem agir na cidade, sem usar o discurso identitário como base de organização espacial.

Como consequência, o cenário do Largo da Carioca possui múltiplas representações e um arranjo físico mutável, ainda que apresente elementos regulares em uma análise de longo termo. A área ocupada pelos comerciantes informais apresenta variações, estando mais estendida em períodos nos quais a fiscalização pública se afrouxa, e se retrai nos momentos em que o poder público exerce suas funções de coerção social. Mais importante do que a constatação dessa variação de territorialidades é a compreensão de que o cenário do Largo da Carioca é hoje composto de diversas narrativas incompatíveis que versam diretamente sobre os usos dos espaços e sobre a influência de tais usos frente à população em geral.

Em seguida, é preciso ressaltar como o cenário do Largo da Carioca ainda qualifica ações e atores sociais, apesar de não estar fundado em uma dinâmica que pudesse ser identificada com a publicidade em sentido estrito. De fato, o Largo da Carioca é procurado como lugar de lazer, de sobrevivência, de trabalho e como eixo de transportes importante para a cidade do Rio de Janeiro. Dentro desse contexto, todas as territorialidades e demais dinâmicas espaciais que se desenrolam nessa localidade têm grande visibilidade na cidade. De modo ainda mais claro, tudo aquilo que acontece nos limites do Largo da Carioca ganha uma grande importância, atraindo a atenção de muitas pessoas e colocando em debate os limites entre a esfera pública e a esfera social na cidade. Tal observação não se constitui em uma justificativa ou apoio a essas representações, mas sim um reconhecimento dos limites em que se insere o ordenamento territorial no Largo da Carioca. Essa constatação se faz importante para que se possa questionar como a Geografia Política interpreta mais comumente uma parte dos espaços públicos: afinal, diante do discurso da crise e da alienação, este ramo do conhecimento geográfico costuma apontar para relações de dominação e de poder que seriam negativas tanto para a ordem pública quanto para a vida social. Por indução, admite-se que esta linha de

pensamento acredita que um espaço público como o Largo da Carioca seria fruto da omissão do poder público, da irresponsabilidade ou desrespeito por parte de segmentos da população e da alienação política. Ainda seguindo essa linha de pensamento, as consequências para um espaço público como esse seriam as seguintes: abandono, violência, privatização e dominação territorial, impedindo a consolidação de um cenário da publicidade. No entanto, o Largo da Carioca apresenta características que fogem esta configuração estabelecida pela Geografia Política: trata-se de uma área que recebeu e ainda recebe diversas políticas públicas nos últimos anos, que é vivenciado diariamente por milhares de cidadãos, que é importante para a vida simbólica carioca e que não apresenta relações de dominação tão presentes, uma vez que o poder público, o comércio informal, o comércio formal e os artistas populares, entre outros atores, estabelecem dinâmicas competitivas pelo espaço que impedem uma apropriação definitiva (VALVERDE, 2007).

Dois exemplos retirados do cenário do Largo da Carioca podem ilustrar de maneira apropriada essa situação. De um lado, a discussão dos limites do comércio informal presente Largo da Carioca ganha maior visibilidade do que em outras áreas da cidade, sendo palco de ações sistemáticas de controle social por parte do poder municipal. Tal preferência é manifestada abertamente pela centralidade do Largo da Carioca, pela presença da Guarda Municipal e pela emissão de portarias municipais relativas a organização física dessa área. A variação da postura frente ao comércio informal no Largo da Carioca sinaliza uma certa tolerância frente a sua manifestação, ao abrir mão de uma parte considerável das responsabilidades do poder municipal. Isso ocorre pela compreensão de uma suposta situação de risco social pela qual passariam os comerciantes informais, que se encontrariam excluídos dos benefícios mercado de trabalho formal. Porém, o aumento contínuo no número de comerciantes informais e em suas áreas

ocupadas gera a preocupação com o loteamento do espaço público, gerando políticas públicas pontuais que procuram compensar os problemas observados. Nesse sentido, o Largo da Carioca se apresenta como cenário de um dilema da ordem pública, na qual o peso das manifestações sociais e apolíticas se faz notar.

Por outro lado, apesar do Largo da Carioca não ser tipicamente um palco de manifestações políticas regulares, é fato comum que, durante o período eleitoral, tal cenário seja procurado por políticos como local de "encontro com a população", ou, de acordo com o jargão da área política, o lugar do "corpo a corpo". Ao contrário dos grandes comícios nos quais o político procura transmitir uma mensagem ao público presente, no caso do Largo da Carioca, o objetivo é ser visto ali, com aquelas pessoas, vivenciando as mesmas experiências que as pessoas vivem. Nesse caso, é o espaço e suas dinâmicas sociais que conferem significado ao ato político, e não o contrário, justificando o caráter particular do Largo da Carioca como cenário da vida pública carioca.

Por último, é preciso ressaltar que o cenário do Largo da Carioca resguarda ainda uma notável importância para a vida urbana na cidade do Rio de Janeiro, uma vez em que os padrões de representação e de utilização dos espaços públicos ali encontrados são em parte reproduzidos em outros pontos da cidade. Podemos concluir que, dentro do cenário do Largo da Carioca, encontram-se múltiplas narrativas e formas de se organizar o espaço. Tais narrativas e formas de organizar o espaço não se mostram plenamente compatíveis com os objetivos que foram anteriormente vinculados ao espaço público tal qual este foi previamente definido. Sua significação é em parte derivada dessa situação intermediária, que não possui uma finalidade política evidente, uma vez que serve de inspiração para as representações espaciais da esfera social em toda a cidade do Rio de Janeiro. Com isso, o cenário do Largo da Carioca aponta para um dilema no qual se encontra parte da sociedade brasileira, antepondo modos de se gerir e de

se vivenciar o espaço, conferindo a forma de se organizar os objetos e os atores no espaço um

caráter decisivo para compreender as causas e conseqüências desse dilema.

Notas

¹ Tradução: "No mundo moderno, o domínio social e o domínio político são muito menos distintos. A idéia que a política é somente uma função da sociedade, que a ação, a linguagem, o pensamento são principalmente as superestruturas do interesse social (...). Essa funcionalização impede a percepção de uma fronteira clara entre os dois domínios; e isso não é uma questão de teoria nem de ideologia, pois desde o acesso da sociedade, dito de outra forma, do 'doméstico' (*oikia*) ou das atividades econômicas, ao domínio público, a economia e todos os problemas que estavam relacionados outrora a esfera familiar se tornaram preocupações 'coletivas'. De fato, no mundo moderno, os dois domínios se recobrem constantemente como ondas no fluxo incessante da vida. O desaparecimento desse abismo, que os Antigos deviam realizar todos os dias para transcender o estreito domínio familiar e adentrar o domínio político é um fenômeno essencialmente moderno" (ARENDT, 1994: 71).

² Tradução: "(...) a noção de espaço público parece separada entre, de um lado, uma preocupação muito prática e concreta sobre o planejamento

de praças, jardins e ruas, e, de outro lado, uma pesquisa muito teórica de fundamentos para uma vida política democrática. Nossa proposta aqui será então de identificar os debates intelectuais e científicos que marcam o interesse contemporâneo pela noção de espaço público. Mais precisamente, nós nos concentramos sobre a incontornável, mas muito negligenciada, espacialidade da vida política, a qual remete a noção de espaço público" (BERDOULAY, GOMES et LOLIVE, 2004: 9).

³ Nos referimos, sobretudo, ao Projeto Corredor Cultural e ao Projeto Rio-Cidade, que procuraram reordenar o espaço do Centro da Cidade do Rio de Janeiro durante os anos 80 e 90.

⁴ A Praça Estado da Guanabara se constitui no nome oficial de um trecho do que é conhecido popularmente como Largo da Carioca. Nos textos jurídicos e administrativos, tal Praça é limitada pela Avenida Rio Branco, pela Avenida Nilo Peçanha e pelo Largo da Carioca. Entretanto, os cariocas desconhecem essa nomenclatura oficial e se referem à área como parte do Largo da Carioca.

Bibliografia

ARENDT, Hannah. *Qu'est-ce que la politique?* Paris: Seuil, 1995. 220p.

ARENDT, Hannah. *La condition de l'homme moderne*. Paris: Agora, 1994. 314p.

BARBOSA, Bia. "Movimentos populares apostam na comunicação como arma". *Agência Carta Maior*, 08/12/2004.

BERDOULAY, Vincent; GOMES, Paulo C.C. & LOLIVE, Jacques (orgs). *L'espace public à l'épreuve : régressions et émergences*. Péssac: MSHA, 2004. 224p.

CASTRO, Iná E. "Espaces publics : entre publicité et politique". In: BERDOULAY, Vincent; GOMES,

Paulo C.C. et LOLIVE, Jacques. *L'espace public à l'épreuve – régressions et émergences*. Péssac: MSHA, 2004. pp. 87-98.

COSTA, Ana C. & MAGALHÃES, Luiz E. "Centro pode ter novas áreas para camelôs". In: *O Globo*, 28/11/2003.

GOMES, Paulo C.C. *A condição urbana – ensaios de geopolítica*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 304p.

GOMES, Paulo C.C. "Cenários para a Geografia: sobre a espacialidade das imagens e suas significações". Texto apresentado no Simpósio Espaço e Cultura. UERJ, 2006a.

GOMES, Paulo C.C. "A cidade e as imagens, imagens da cidade: os espaços públicos como cenários de urbanidade". Projeto de pesquisa CAPES-Cofecub, 2006b.

GUARDA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <http://www2.rio.rj.gov.br/gmrio/>. Acessado em: Fevereiro de 2008.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1984. 397p.

IPLANRIO. *Rio-Cidade: o urbanismo de volta às ruas*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996. 135p.

MAGALHÃES, Roberto A. "Preservação e requalificação do centro do Rio nas décadas de 1980 e 1990" In: *Diário Oficial do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Rio Estudos/Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2002. pp. 1-17.

MELLO, Ricardo & SABOIA, João. "O comércio urbano no município do Rio de Janeiro: caracterização e proposição de políticas". In:

Desafios da modernização e setor informal urbano. Lima: OIT, 1998.

MITCHELL, Don. *The right to the city: social justice and the fight for public space*. London: Guilford Press, 2003. 270p.

MUSUMECI, Leonarda & MUNIZ, Jacqueline. "As instituições de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro". In: *Relatório Final do Projeto Reforma do Estado e Proteção Social*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 1999.

O GLOBO. "Camelôs terão que deixar área da rua do Passeio". In: *O Globo*, 29/07/1997.

SALGUEIRO, Flávio. "Entrevista: Cesar Maia". In: *Revista Época*, nº 141, 2000.

VALVERDE, Rodrigo R.H.F. *A transformação da noção de espaço público: a tendência à heterotopia no Largo da Carioca*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. Rio de Janeiro, 2007. 261p.

Trabalho enviado em setembro de 2008

Trabalho aceito em dezembro de 2008

